



Exma. Senhora
Dr.ª Catarina Gamboa
Chefe de Gabinete do Senhor Secretário de
Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
895	04/03/2021	ENT Nº:636/2021 PROC. Nº:05.03/2021	

ASSUNTO: Pergunta 1510/XIV/2ª, de 11 de fevereiro de 2021 – Paragem biológica do sargo na área do Parque Natural da Costa Vicentina e Sudoeste Alentejano

Encarrega-me S. Exa. o Ministro do Mar, relativamente à Pergunta nº 1510/XIV/2ª, sobre o assunto acima identificado, do Grupo Parlamentar do PS de remeter os seguintes comentários aos pontos levantados:

1. Qual a situação do recurso sargo face a 2014?

Os dados recolhidos pelo IPMA no âmbito do Programa Nacional de Amostragem Biológica para esta espécie, que foram utilizados para a atualização da avaliação do bom estado ambiental realizada no âmbito do 1.º ciclo de monitorização da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (MM, 2020), correspondem a dados dependentes da pesca comercial e a dados de campanhas de investigação.

Os índices de abundância e biomassa foram calculados apenas para o *Diplodus vulgaris* para as zonas Sudoeste e Sul de Portugal continental e batimétricas até aos 100m de profundidade, não tendo sido possível calcular os índices de abundância e biomassa para o *Diplodus sargus* dado que este ocorre com muito menos abundância na área monitorizada.

Os resultados da avaliação do *Diplodus vulgaris* na monitorização DQEM (MM, 2020) indicam o aumento da biomassa para o período 2013-2017, e o valor do rácio “capturas/biomassa” apresenta-se em níveis abaixo valor médio estimado do rácio para período da série longa de dados (1990-2017).

2. Qual o impacto da proibição da pesca lúdica apeada na recuperação desta espécie?

De acordo com a informação científica coligida, tendo em conta as zonas costeiras são de fácil acesso a pescadores profissionais e lúdicos e que, na fase de reprodução, estas espécies têm elevada vulnerabilidade à pesca por formarem agregações de indivíduos para a realização da desova em zonas de baixa profundidade, estas limitações à pesca são relevantes.

No que se refere à pesca profissional embarcada, a arte do palangre é reconhecidamente importante dentro do Parque Natural da Costa Vicentina e Sudoeste Alentejano (PNSACV). Os sargos encontram-se entre as principais espécies alvo capturadas por esta arte durante o inverno, sendo que as embarcações locais têm uma distribuição de atividade mais perto da costa e, eventualmente, um impacto maior nas agregações de desova.

Assim, e uma vez que foi estimado que o volume anual de capturas de sargo legítimo decorrente da Pesca Recreativa Costeira é próxima do total desembarcado de sargo legítimo pela pesca comercial, será relevante a proteção temporal adotada para sargos, potenciada pela legislação do defeso.

Acresce que o estudo Utilidade de zonas protegidas para sargos (Abecasis et al, 2015) demonstra, no Parque Marinho Professor Luíz Saldanha, diferenças significativas em número e biomassa de sargos de tamanho comercial entre zonas com diferentes níveis de proteção e que as curtas distâncias percorridas e a elevada fidelidade ao local de proteção observadas em exemplares marcados podem explicar estes resultados.

Resultados de estudos de telemetria em sargos (Belo et al, 2016), com marcação de sargos na Ilha do Pessegueiro, demonstraram elevada fidelidade às zonas protegidas da pesca. Ou seja, estas áreas funcionam como zona de refúgio e de alimentação para períodos longos.

Pelo exposto, a proibição da pesca lúdica apeada tem um impacto positivo na recuperação desta espécie.

3. Admite o Governo em função da monitorização efetuada sobre o recurso nos últimos seis anos rever esta barragem biológica, designadamente os seus limites e população alvo?

O IPMA está atualmente a desenvolver investigação que procura melhorar a monitorização e aconselhamento de gestão para o robalo (*Dicentrarchus labrax*), estudo de caso que posteriormente se pretende estender para outros recursos com características de exploração semelhantes, como os sargos, a corvina e a dourada. No final deste estudo de caso, este trabalho pode ser replicado para os sargos e oferecer um mecanismo de consolidação, revisão e extensão das medidas para o PNSACV e para a restante costa portuguesa.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe do Gabinete,



Frederico Cardigos